

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Comperj dá primeiro passo para retomada	2
Título: Venezuela ameaça cortar energia fornecida a Roraima	4
Título: Opção Solar	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Governo aciona BC para evitar corte de energia da Venezuela a RR, diz ministro	6
Título: ANP impede retomada de operação da Replan	7
Título: A concorrência e a importância da marca	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Para entender o preço dos combustíveis	10

VEÍCULO: O Globo**Data: 25/08/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Comperj dá primeiro passo para retomada**

Construção de unidade de processamento de gás natural em Itaboraí e outros projetos do setor geram empregos e negócios no estado. Mas alento vem no momento em que o Rio corre o risco de perder o socorro fiscal da União

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), projeto da Petrobras em Itaboraí que teve as obras suspensas em 2015, voltou a contratar. É passo inicial para a retomada do setor de óleo e gás e da economia fluminense, num momento em que o estado corre o risco de perder o socorro fiscal da União. Com a estimativa de gerar três mil empregos diretos e indiretos até o fim de 2019, segundo a Firjan, é ainda um movimento tímido, mas que abre perspectiva positiva no mercado de trabalho e nos negócios a reboque de projetos que virão nos próximos anos.

Um dos maiores símbolos do esquema de corrupção revelado pela Lava-Jato, o Comperj volta à ativa com a construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), para onde seguirá o gás natural produzido no pré-sal na Bacia de Santos. A estatal contratou o projeto junto à chinesa Shandong Kerui Petroleum e à brasileira Método Potencial, por R\$ 1,9 bilhão. As contratações tiveram início e devem alcançar 1.300 empregos diretos no fim de 2019.

— A oferta maior virá com a refinaria do Comperj (em negociação entre a Petrobras e a chinesa CNPC). Mas é real a possibilidade de retomada num cenário com um número maior de players em óleo e gás. Em uma década, o Rio terá maior produção e demanda por profissionais e empresas — avalia Karine Fragoso, gerente de petróleo, gás e naval da Firjan.

ROYALTIES SUBIRAM 71%

Esse alento, contudo, pode cair por terra caso o estado seja excluído do Regime de Recuperação Fiscal firmado com a União. Segundo o secretário de Fazenda e Planejamento, Luiz Cláudio Lourenço Gomes, a aprovação pela Alerj de aumentos para os servidores do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria, o que é vedado pelo programa fiscal, terá efeitos sufocantes para a economia fluminense:

— Não existe composição para bancar a saída do plano. O Estado teria que pagar R\$ 18 bilhões à União. O crescimento da cadeia de óleo e gás tem efeito positivo dentro do Regime. A recuperação começou com a volta dos investimentos da Petrobras no Estado.

A arrecadação do estado com royalties e participações especiais de janeiro a julho deste ano foi de R\$ 8,29 bilhões, 71% mais sobre igual período de 2017.

A construção da UPGN vai exigir também a realização de obras de infraestrutura, como a da Central de Utilidades, com aporte da ordem de R\$ 4 bilhões no Comperj nos próximos anos, segundo fontes técnicas do setor, com geração de cinco mil empregos diretos.

A região do Comperj — Itaboraí, São Gonçalo, Magé, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Tanguá e Rio Bonito — perdeu postos de trabalho desde a paralisação das obras do complexo. De janeiro a julho de 2015, o saldo na oferta de empregos na região ficou negativo em 9.970 vagas. Em igual período deste ano, foram menos 2.541 empregos.

Cerca de 700 candidatos foram ao Sine de Itaboraí ontem, atrás das primeiras 19 de 64 vagas na UPGN, para funções como armador e carpinteiro. Na segunda-feira, serão ofertadas mais vagas.

Desempregado há três anos, o carpinteiro Reinaldo Dettman, de 61, chegou ao Sine às 4h da madrugada, mas não conseguiu uma das 200 senhas para a seleção: — Estou vivendo de bicos, mas há três semanas que não me chamam para nada.

EMPRESAS SE BENEFICIAM

Nos últimos 12 meses, o Estado do Rio foi a unidade da federação que mais fechou postos de trabalho formais, com um corte de 27.256 vagas com carteira assinada. O maior peso foi justamente da construção civil, setor que fechou 14 mil postos.

Com a crise, os profissionais mais experientes devem ser contratados primeiro, aposta Thyago Rodrigues, do Sintramon, sindicato dos trabalhadores de empresas de montagem e manutenção de Itaboraí: — Muitos vão voltar ao mercado de trabalho, mas vai demorar, porque a retomada das obras com força deve ocorrer ano que vem.

Também empresas se beneficiam. A LC Restaurantes, de serviços de hotelaria, fechou contrato de seis meses para atender a 10- plataforma da Petrobras, a FPSO P-75, que vai operar no pré-sal, em Búzios. É o primeiro contrato com a estatal desde janeiro de 2015.

— Teremos 40 funcionários para esta operação — diz Geraldo Luz, gerente geral de hotelaria marítima da LC.

Outro sinal positivo é a ocupação do Parque Industrial Bellavista, em Macaé, que avançou no último ano:

— Começamos a sentir o retorno do interesse a partir de setembro de 2017. Além da Petrobras, já estão no parque a francesa Schlumberger e as americanas Baker Hughes e National Oilwell Varco — destacou o diretor do Bellavista, Leonardo Dias.

Para Telmo Ghiorz, diretor da Abespetro, que reúne empresas prestadoras de serviços à indústria de petróleo, a retomada das contratações terá efeito em cascata em toda a cadeia de serviços: — Várias petroleiras estão contratando serviços diversos. Há retomada concreta.

O economista Mauro Osório, professor associado da UFRJ, pondera que é preciso disciplina para aproveitar essa oportunidade:

— A retomada no Comperj é positiva, mas ainda num contexto local. Para ganhar escala e efeito para a retomada da economia fluminense, que perdeu 500 mil empregos desde 2015, vai depender da elaboração e adoção de um plano estratégico para o setor de óleo e gás.

(Ramona Ordonez, Glauce Cavalcanti, Letycia Cardoso, Nelson Lima Neto e Allan Borba, estagiário sob a supervisão de Luciana Rodrigues)

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/08/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Venezuela ameaça cortar energia fornecida a Roraima

Brasil deve US\$ 33 milhões. Atraso se deve a problema operacional entre bancos

BRASÍLIA- A Venezuela ameaça interromper o fornecimento de energia ao estado de Roraima, o único que não está interligado ao sistema elétrico brasileiro e que depende, em grande parte, das importações do país vizinho. O motivo do corte seria uma dívida de ao menos US\$ 33 milhões (R\$ 135 milhões, na cotação de ontem), que a Eletrobras acumula pela compra de energia para abastecer o estado. O governo brasileiro está negociando uma forma de pagar esse débito.

O motivo do não pagamento é operacional, e não falta de dinheiro. A Eletrobras tem relatado que bancos brasileiros estão com dificuldades para processar a transferência de valores do Brasil para a Venezuela. O entrave estaria relacionado ao embargo dos Estados Unidos. instituições brasileiras não estariam conseguindo repassar o dinheiro para o banco indicado pela Venezuela.

Roraima recebe, há 17 anos, energia por meio de uma linha de transmissão de 211 quilômetros que liga Santa Elena, na Venezuela, a Boa Vista. Cerca de 70% da eletricidade consumida são importados. O restante é produzido por usinas térmicas. No entanto, com o agravamento da crise no país vizinho e a falta de manutenção no linhão, o estado já enfrentava instabilidade no fornecimento de energia. Agora, o quadro se agravou.

O aviso sobre a possibilidade de faltar energia foi feito ao governo brasileiro em 4 de junho. A estatal venezuelana Corpoelec deu prazo de 90 dias, que vence em setembro, para receber o dinheiro. Desde então, o governo federal vem tentando negociar uma saída para pagar os valores.

SAÍDA TEM CUSTO ELEVADO

O Ministério de Minas e Energia informou ontem que os bancos centrais do Brasil e da Venezuela "estão trabalhando para resolver o problema". A Fazenda também participa das negociações, segundo o Banco Central. Já o Ministério das Relações Exteriores informou que acompanha o tema e "realiza gestões diplomáticas junto ao governo da Venezuela".

Autoridades do setor elétrico afastam o risco de um apagão em Roraima, já que o estado poderia ser abastecido por usinas térmicas. Mas essa saída teria um custo elevado. A solução definitiva é conectar o estado ao sistema nacional. Para isso, é necessário construir uma linha de transmissão para ligar Manaus a Boa Vista. A obra foi licitada em 2011, mas o projeto até hoje não saiu do papel por problemas com o licenciamento.

VEÍCULO: O Globo**Data: 25/08/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Opção Solar**

Opinião do Globo

ESTUDO DA Comerc Energia revelou que o uso de energia solar pode ser vantajoso em municípios com tarifas elevadas de energia elétrica, caso de Niterói, Rio e outras capitais.

SEGUNDO O índice Comerc, o consumidor que optar por esta fonte alternativa recuperaria seu investimento em 2,79 anos, no caso de Niterói, e em 3,18 anos, no do Rio.

ESTÁ NA hora de as autoridades federais, estaduais e municipais desburocratazarem o uso de energia solar nas cidades, sobretudo considerando-se que os custos de energia de fonte hidrelétrica subiram até 21,4% este ano.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 25/08/2018****Seção: Mercado****Autor: Tais Hirata****Título: Governo aciona BC para evitar corte de energia da Venezuela a RR, diz ministro**

São Paulo- O governo brasileiro acionou o Banco Central para resolver uma dívida com a Venezuela e evitar o corte do fornecimento elétrico a Roraima, afirmou à Folha **O Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco.**

O estado é o único do país que não é interligado ao sistema elétrico brasileiro e depende em grande parte da energia importada do país vizinho — que representa entre 65% e 90% do total, a depender do consumo mensal.

Os pagamentos, porém, estão atrasados, e a dívida chega a cerca de US\$ 33 milhões (R\$ 134,8 milhões) — o que levou a Venezuela a ameaçar interromper o fornecimento em setembro.

O motivo do não pagamento é operacional: os bancos públicos nacionais não conseguem fazer as transferências.

"A Venezuela está se liquëfazendo. Viu-se que não tinha mais condições de o sistema funcionar", disse o ministro.

A solução do problema, segundo Moreira Franco, será dada por uma transferência entre bancos centrais. Além disso, o BC da Venezuela pediu que o pagamento seja feito em euros e não em dólares, como normalmente ocorre.

Ele não especificou quando a transferência será feita.

O pagamento também atrasou por causa da mudança monetária pela qual a Venezuela passou recentemente — foram retirados cinco zeros da moeda local.

Questionado sobre a data-limite dada para o pagamento, Moreira Franco destaca que a falta de pagamento não ocorreu por falta de vontade do Brasil.

"Como vai ter um deadline se o problema, na verdade, é deles? Nós estamos querendo pagar há muito tempo, não pagamos por dificuldades locais [da Venezuela]", diz.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/08/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: ANP impede retomada de operação da Replan

Petrobrás havia anunciado retorno parcial na refinaria de Paulínia, atingida por incêndio na segunda-feira, mas órgão regulador barrou planos da estatal

Fernanda Nunes / RIO A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) comunicou à Petrobrás que não permitirá a retomada da operação da Refinaria de Paulínia (Replan), em São Paulo, nos próximos dias, como a empresa pretendia. Para voltar a produzir combustível na sua maior refinaria, a estatal terá que aguardar autorização do regulador. A petroleira já tinha comunicado a intenção de religar ao menos metade das máquinas. A Replan está parada desde a madrugada da última segunda-feira passada, quando uma explosão, seguida de incêndio, atingiu três unidades da planta industrial. Não houve feridos, e as causas do acidente ainda estão sendo investigadas. A ANP, que acompanha as investigações, informou que o incêndio começou com a explosão de um tanque que faz parte da unidade de tratamento de água ácida. O fogo, então, se espalhou por duas unidades onde o petróleo é processado e transformado em derivados, como gasolina. O incêndio ainda atingiu parte da tubulação principal, que interliga diferentes unidades da refinaria. Como as máquinas são duplicadas, a Petrobrás pretendia religar as

que não foram atingidas pelo incêndio e, assim, retomar parcialmente a operação.

A Replan tem capacidade para 434 mil barris por dia de derivados e estava trabalhando quase à plena carga no dia do acidente. A refinaria responde por quase 20% da produção da estatal. “Para o retorno das operações, a Petrobrás deverá encaminhar à agência documentos e informações que comprovem condições de segurança adequadas, e aguardar comunicado de desinterdição das instalações”, informou a ANP. Sindicatos representantes dos empregados também se posicionaram contra a retomada, temendo riscos à segurança dos funcionários. “O problema é que várias linhas de tubulação, que passam pelas unidades prejudicadas, sofreram grandes avarias e essa malha é fundamental para o acionamento parcial da refinaria”, afirma o Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo (Sindipetro-SP). A Petrobrás instaurou comissão interna para investigar o acidente, que contará com a participação de representantes dos empregados. Outra frente de trabalho foi aberta pela ANP, que deu início a um processo administrativo. A estatal não se pronunciou sobre a interdição da Replan pela agência reguladora. No dia anterior, em nota, a empresa havia informado que o abastecimento será garantido por outras refinarias, estoques e, se necessário, importações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/08/2018

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: A concorrência e a importância da marca

A marca no setor de combustíveis tem um papel importante na escolha do consumidor. Isso porque os combustíveis têm características específicas cuja percepção não é evidente, sobretudo nos quesitos qualidade e segurança. Ou seja, o consumidor não tem condições de julgar e escolher por mera inspeção nem a qualidade nem a segurança do produto. Com isso, na conquista do mercado, as empresas detentoras de marca precisam ganhar a confiança do consumidor. Isso requer investimentos sistemáticos em logística, segurança, desenvolvimento de produtos e qualidade de serviços, que levam o consumidor a associar o desempenho – intimamente ligado à necessidade de também atender aos novos requerimentos de consumo e à revolução tecnológica dos novos motores – à marca. A ausência de proteção à marca viabiliza que outras empresas se insiram no segmento sem esforços na garantia de segurança e qualidade, conquistando fatias de mercado indevidamente e desestimulando a continuidade dos investimentos. Consequentemente, o consumidor perderá a

referência de boas marcas e terá menos elementos de decisão na compra dos combustíveis como gasolina, diesel, etanol e GLP.

É totalmente equivocada a ideia de que a proteção à marca no mercado de distribuição de combustíveis seria anticoncorrencial. Ao contrário, há estudos que comprovam o aumento da concorrência em mercados onde existem marcas consolidadas, por meio da rivalidade entre elas. O mercado de distribuição de combustíveis no Brasil tem sido apresentado ao consumidor, de maneira estigmatizada, como concentrado e, portanto, com tendência à prática de cartel. Por isso alguns mitos precisam ser esclarecidos. A dita concentração de mercado se refere ao conceito de oligopólio, que consiste na estrutura de mercado com poucas empresas em atuação. No Brasil, a distribuição de gasolina, diesel e etanol conta com mais de 200 distribuidoras e a do GLP, com 19, com forte concorrência regional. A existência de um número reduzido de empresas em dado segmento não é sinônimo de cartel e, como mostram os números, este não é o caso da distribuição de combustíveis.

À vista disso, cabe mais um esclarecimento: cartel é uma prática de mercado na qual as empresas concorrentes combinam a fixação de preços, quantidades, divisão de mercados, entre outras ações lesivas ao consumidor. Também configura uma conduta anticoncorrencial a prática da horizontalização. Portanto, práticas anticoncorrenciais, quando constatadas, devem ser reprimidas pela autoridade competente, que no caso do Brasil é o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A literatura e a prática de mercado mostram que a mera constatação de preços idênticos não é, isoladamente, indício suficiente da existência de cartel. São necessários, além de dados econômicos, indícios factuais de que há ou houve algum tipo de acordo ou coordenação entre os empresários do setor para aumentar ou combinar o preço dos produtos ou serviços ofertados.

Como os combustíveis são homogêneos e a sua qualidade não é palpável no ato da compra, a manutenção de uma rede exclusiva de revendedores é um instrumento que as distribuidoras dispõem para preservar sua marca. Com a venda na rede de representantes de sua marca comercial, o distribuidor distingue o seu produto e assegura a oferta e a qualidade ao consumidor. A proliferação de revendedores independentes e multibandeiras amplia a concorrência e a possibilidade de escolha do consumidor sobre variáveis competitivas como preço e qualidade. Ou seja, o grande favorecido da existência de postos revendedores de marcas nacionais ou regionais e daqueles com marca local ou própria é o consumidor, que, além do arbítrio, dispõe da regulação e da fiscalização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Na revenda, o País conta com 45 mil postos de gasolina, diesel e etanol e com 69 mil revendedores de GLP. A força motriz do regime de mercado é a liberdade de escolha dos clientes e consumidores. É essa

capacidade de livre escolha que impulsiona a competição entre as marcas e as multibandeiras.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 25/08/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Para entender o preço dos combustíveis

O crime organizado está impondo uma fatura pesada aos consumidores. Ao fraudar combustíveis, dar calotes e sonegar impostos, faz os preços da gasolina, do álcool e do diesel nas bombas serem mais altos do que poderiam ser. Somente com a sonegação e a inadimplência, as perdas chegam a R\$ 4,8 bilhões por ano, segundo a Fundação Getúlio Vargas. Diante disso, fica inviável para as empresas sérias do setor competirem com o mercado ilegal.

Para discutir a situação do comércio de combustíveis, o Correio Braziliense promoverá um seminário na próxima quarta-feira, 29, a partir das 9h, no auditório do jornal. Ao longo do debate, será possível entender como se formam os preços dos combustíveis no país. Para participar do evento ICMS no setor de combustíveis — A uniformização no combate à concorrência desleal, basta se inscrever, gratuitamente, pelo site do jornal: www.correiobraziliense.com.br/correiodebate.

Estarão presentes a secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi; o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel; o presidente da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural), Leonardo Gadotti; e o presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), Edson Vismona. Também falará Bruno Pessanha Negrís, secretário executivo do Confaz, conselho que reúne os secretários de Fazenda dos 26 estados e do Distrito Federal.

Uma das principais propostas para combater o crime organizado é unificar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Hoje, no caso da gasolina, as alíquotas variam de 25% a 34%. Essa diferença, observada entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, significa R\$ 0,40 a mais por litro no mercado fluminense.

Os especialistas não têm dúvidas: quanto mais simplificado o sistema tributário, menor o espaço para sonegação e fraude, assegura o Movimento Combustível Legal. A perspectiva é que o Confaz avance na direção de pôr fim à guerra fiscal entre as 27 unidades da Federação. Também se espera a equiparação do PIS e

da Cofins sobre solventes e produtos afins. O modelo atual de cobrança dos dois tributos é o principal indutor da adulteração que pune os consumidores.

MME / ASCOM .